

Sumário

Lista de Gráficos	XIII
Lista de Figuras	XV
Lista de Abreviaturas	XVII
Prefácio – O Supremo em movimento	1
Introdução	5
Capítulo 1 – O Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional Digital: o Plenário Virtual e sua periódica ampliação de competências	13
1.1 O caminho do Plenário Virtual no STF: da existência de repercussão geral à competência para julgamento de todas as classes processuais.....	14
1.1.1 A criação do Plenário Virtual: uma solução para a repercussão geral e para a administração do acervo de Recursos Extraordinários.....	14
1.1.2 A reafirmação da colegialidade e a solidificação dos valores da Emenda Constitucional n. 45.....	20
1.1.3 Os Plenários Virtuais.....	25
1.1.4 Um instrumento de reafirmação de jurisprudência.....	31
1.1.5 Um vírus que acelerou a história.....	34
1.1.6 A ausência não é mais anuência	42
1.1.7 O referendo de decisões monocráticas	47
1.1.8 A invasão do Supremo Tribunal Federal e a sessão virtual extraordinária permanente	48
1.2 Os ambientes de julgamento colegiado do STF.....	50
1.2.1 O ambiente presencial	52
1.2.2 O ambiente virtual.....	55
1.3 Conclusões do capítulo	59

Capítulo 2 – A dinâmica e o modelo decisório dos julgamentos colegiados no STF: entre o antigo e o novo cenário	65
2.1 Os modelos de deliberação adotados nos julgamentos colegiados do Supremo Tribunal Federal.....	67
2.1.1 Cada cabeça uma sentença: o modelo agregativo	68
2.1.2 Quem não é visto não é lembrado: o modelo externo.....	78
2.1.3 A colcha de retalhos: o modelo em série (<i>seriatim</i>).....	87
2.2 Como o Supremo Tribunal Federal julga?	95
2.2.1 A dinâmica de julgamento no ambiente presencial.....	96
2.2.2 A dinâmica de julgamento no ambiente virtual	99
2.2.3 Diferenças na dinâmica de julgamento entre os dois ambientes.....	102
2.3 Conclusões do capítulo.....	103
Capítulo 3 – A ADPF e os efeitos do Plenário Virtual em seu julgamento.....	105
3.1 A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	107
3.1.1 A Lei 9.882/99 e a (in)definição da ADPF	108
3.1.2 Aspectos procedimentais da ADPF no Plenário Virtual.....	115
3.2 Análise a partir da perspectiva quantitativa.....	118
3.2.1 Aumento da quantidade de julgamentos de mérito de ADPFs e de julgamentos no âmbito do PV	119
3.2.2 Diminuição do número médio de páginas dos acórdãos.....	121
3.2.3 Julgamento de processos antigos	122
3.2.4 O Plenário Virtual e os ministros relatores.....	124
3.2.5 Diminuição proporcional da prevalência dos votos do relator em relação ao número total de casos decididos.....	126
3.2.6 Aumento do quantitativo e da proporção de decisões colegiadas virtuais em todos os órgãos colegiados.....	128
3.2.7 Diminuição do acervo do Tribunal	128

3.2.8 Efeitos da ampliação de competências do Plenário Virtual nos julgamentos colegiados do STF: o que dizem os números à luz das ADPFs	131
3.3 Análise a partir da perspectiva qualitativa dos acórdãos	131
3.3.1 A troca de argumentos por meio da citação escrita: a deliberação assíncrona?	138
3.3.2 A melhor coordenação da posição dos grupos de entendimento	141
3.3.3 Votos mais diretos e concatenados	147
3.3.4 O uso para ampliação dos efeitos da reafirmação de jurisprudência	149
3.3.5 Unificação das fases de julgamento de preliminares e de mérito	149
3.3.6 O uso para julgamento de temáticas repetidas	150
3.3.7 A complexificação dos processos e densificação argumentativa	152
3.3.8 A aceleração da virtualização da jurisdição constitucional....	153
3.4 Conclusões do capítulo	154

Capítulo 4 – Análise do novo desenho institucional do STF a partir da ampliação de competências do Plenário Virtual: diagnósticos e visões para o futuro

4.1 Diagnósticos do novo desenho institucional.....	158
4.1.1 A solução de grandes problemas deliberativos da Corte	158
4.1.1.1 A maior relevância do voto do relator e o menor individualismo na construção das decisões	158
4.1.1.2 A atenuação da publicidade extrema e do constrangimento público para mudança de posição	161
4.1.1.3 A diminuição periódica do grande volume de trabalho	163
4.1.2 Novo ambiente, problemas antigos: algumas incompreensões da comunidade jurídica	166

4.1.3 Debilidades constatadas	175
4.1.3.1 Possibilidade de destaque de sessão do Plenário Virtual mesmo após o registro do voto de todos os ministros e possibilidade de apresentação de divergências durante toda a sessão virtual.....	176
4.1.3.2 Dificuldades de julgamento da modulação dos efeitos temporais das decisões.....	179
4.1.3.3 Muitos processos em pauta ao mesmo tempo	181
4.1.3.4 Forma confusa da escrita do resultado do acórdão	182
4.1.3.5 A impermanência dos registros da sessão virtual.....	183
4.1.3.6 Falta de critérios claros para a escolha do julgamento virtual	184
4.1.3.7 A imagem externa do Plenário Virtual	185
4.1.3.8 Julgamento em única fase e problemas na proclamação do resultado.....	188
4.2 Propostas para o aprimoramento do Plenário Virtual	189
4.3 Perguntas ainda não respondidas	190
4.4 Visões para o futuro.....	192
4.4.1 O Plenário Virtual como realidade do Poder Judiciário brasileiro.....	192
4.4.2 A vanguarda	193
4.5 Conclusões do capítulo.....	196
Conclusão	199
Referências Bibliográficas.....	205